

Entrevista¹**DR. JULIÃO SOARES SOUSA**<https://orcid.org/0000-0002-8122-9741>**Doutor em história contemporânea e investigador do centro de estudos
interdisciplinares da universidade de Coimbra (CEIS20)**

Julião Soares Sousa é um intelectual nascido na localidade de Bula, na República da Guiné-Bissau. Atualmente, é Investigador integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20). Foi o primeiro guineense Mestre e Doutor pela Universidade de Coimbra: licenciou-se em História pela UC em 1991. Concluiu o Mestrado em 1996 - com a classificação máxima - e doutoramento na mesma Universidade em 2008 - com Distinção e Louvor por unanimidade. É reconhecido por suas pesquisas a respeito da trajetória e projetos do grande intelectual e líder que foi Amílcar Cabral e possui uma vasta publicação que se desdobra na análise de temáticas como os movimentos unitários anticolonialistas, associações protonacionalistas guineenses, cisão sino-soviética e suas implicações nos movimentos de libertação em África, movimento dos afro-asiáticos e dos não-alinhados, entre outras temáticas que muito interessam aos leitores deste Dossiê e nos auxiliam a integrar de maneira ampla novos cenários internacionais que fogem das análises generalizantes. As atuais produções de Julião nos auxiliam a abrir nossos horizontes analíticos para a compreensão de casos históricos específicos da África, olhando especificamente para a Guiné-Bissau e Amílcar Cabral, ao propor uma análise que demonstra o cenário internacional complexo e diversificado.

¹ Realizada de forma on-line no mês de Julho de 2022/Imagens cedidas por Julião Soares Souza

O Doutor Julião, gentilmente, concedeu esta entrevista, de forma on-line, pois atualmente está estabelecido em Portugal e vem se aproximando do Brasil ao participar de bancas de mestrado e doutorado e ao orientar estudantes brasileiros interessados em pesquisas relativas ao continente africano.

As pesquisas produzidas por este intelectual guineense vem sendo cada vez mais lidas, debatidas e referenciadas pela academia brasileira.

Entrevista:

1. Julião Soares Sousa, primeiramente gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória: conte-nos um pouco sobre o seu trânsito entre a Guiné-Bissau e Portugal na juventude e o que o levou a escolha pela área de História e pelo seu principal objeto de pesquisa: Amílcar Cabral?

Saí da Guiné no início da década de 80, sobretudo à procura de conhecimento. Era a única coisa que me movia naquele momento, por falta de condições objetivas e subjetivas no meu próprio país. Na ocasião eu era da área de ciências, mas tinha um grande interesse (e mesmo paixão) pela História. Recordo-me que em Bissau interessei-me muito cedo pelos temas da luta de libertação nacional e Amílcar Cabral. Tudo porque na fase final da guerra, já ouvia ao colo do meu padasto, a Rádio de Libertação, embora não tivesse consciência do que se estava a passar. Só anos mais tarde, já empenhado na tese sobre Cabral, é que ao ouvir o batuque que abria as emissões (porque ouvi muitas dezenas de discursos, palestras, conferências e entrevistas gravadas, algumas delas radiodifundidas através da Rádio Libertação) é que tive reminiscências desses tempos em que ouvia esse batuque na companhia do meu padasto, embora não tivesse consciência do que se passava. Por outro lado, a minha família paterna e materna esteve muito envolvida na luta de libertação e isso acaba por deixar sempre algumas marcas em toda a minha família. Vários tios (maternos e paternos), primos e primas estiveram envolvidos na guerrilha com o PAIGC. Mas, a minha opção pela História em Portugal foi quase obra do acaso. Quando me fui matricular numa escola secundária no norte de Portugal, já não havia vagas na área de ciências, a que provavelmente me daria passaporte para estudar Medicina. Fui mesmo forçado a mudar para a área de Estudos Humanísticos para não interromper os estudos. Foi uma mudança radical e sofrível. Mas tive de fazer das fraquezas força para continuar. Creio que terei passado alguns meses um pouco à deriva (à nora), mas no

ano seguinte já não tive problemas de adaptação. Quando cheguei à Universidade, em meados dos anos 80, já estava completamente adaptado às exigências do ensino em Portugal. A opção por História não parecia ser difícil, tendo em conta o leque das ofertas (Filosofia, Geografia ou Direito). Só mais tarde, depois de estar prestes a terminar o doutoramento é que me matriculei em Direito. Mas, praticamente não tive tempo de me dedicar ao novo curso. As solicitações passaram a ser muitas de modo que o curso de Direito foi ficando esquecido. Quanto à opção por Amílcar Cabral, foi depois da Conclusão do Mestrado em História Moderna que comecei a equacionar a feitura de um Doutoramento sobre a sua figura. Ao tempo achava que as biografias políticas anteriores sobre o líder do PAIGC (algumas delas hagiográficas ou apologéticas) não tinham captado o essencial da fulgurante trajetória do homem, do político e do revolucionário. Outras tendiam a hiperbolizar o biografado apontado quase sempre como um predestinado ou como tendo nascido rebelde. E o papel das biografias (entendo eu) é justamente o de desmistificar estas situações e procurar valorizar os contextos que influenciaram o biografado. A isso haveria que associar o discurso oficial muitas vezes tendencioso, protetor e muito apologista da preservação e intangibilidade de uma certa memória ou de um determinado discurso. Repare-se que Cabral era até contra este tipo de situações. O que ditou a escolha foi sem dúvida a importância e a transversalidade de Amílcar Cabral na história da luta de libertação da Guiné e de Cabo Verde, mas também de todos os povos oprimidos. E este fenómeno das lutas de libertação não foi propriamente um fenómeno inócuo do nosso século XX. Cabral foi de facto um líder com uma personalidade dominante como já o atestou Ronald H. Chilcote no já longínquo ano de 1972. Não tanto pelos aspectos puramente doutrinários que o mesmo Chilcote afirma terem caracterizado a sua liderança, mas pelo facto de ter conseguido aliar, de acordo com Basil Davidson, esses aspectos doutrinários à ação revolucionária na luta contra a subalternidade colonial. Isso significa que o seu papel não podia ser marginal nesse processo. Longe disso. As suas contribuições para a mudança social foram muitas e marcantes. Não é por acaso que hoje se continua a falar de Cabral, a escrever e a estudar essa figura muito carismática em todas as geografias do nosso planeta, dentro e fora das academias. Movia-nos sobretudo o interesse pedagógico da sua ação e pensamento como homem e revolucionário, mas evitando que a biografia fosse moralista e hagiográfica. Por isso, tentamos sempre evitar tratar o biografado como um santo, um homem providencial e sem pretensões cínicas. Queríamos uma biografia ancorada na História, tal como Jaques LeGoff a concebia. Isto é, tratando, no fundo, de associar a História-Narrativa à História-Problema e fugindo assim aos ditames das narrativas ficcionais. Finalmente, gostaria

de referir-me ao contexto em que a ideia surgiu. Estávamos em 1997. Já nessa altura (e até antes) havia evidentes ameaças de que haveria uma guerra civil na Guiné. Só não se sabia quando ela teria lugar. A verdade é que em 1998 essa guerra civil acabou mesmo por acontecer. Isso reforçou ainda mais a nossa determinação em avançar. Era uma forma de compreender as razões daquele conflito que tinha muitos ingredientes novos, mas também velhos vícios. Aliás, Cabral confrontou-se com muitos desses vícios e procurou combatê-los. Se ler o meu livro vai com certeza identificá-los.

2. Nosso dossiê é sobre a Guerra Fria por um olhar multipolar, observando a Conferência de Bandung como um evento fundador de uma nova dinâmica para o período. Baseado em seus estudos sobre as descolonizações em África, o que você poderia nos dizer sobre a importância desse momento?

A conferência de Bandung foi um marco, um ponto de chegada, mas simultaneamente um ponto de partida de todo um movimento a favor da descolonização e de afirmação do chamado “Terceiro-Mundismo” (a expressão foi usada, entre outros, por Frederick Cooper) na arena internacional. Um dos aspetos que gostaria de relevar e que foi um dos resultados mais palpáveis dessa conferência foi a adoção por parte dos países presentes, da “neutralidade positiva”, numa altura em que a Guerra Fria estava a marcar passo e a cisão sino-soviética ia ser despoletada daí a pouco tempo. Mas, não foi só isso. Bandung também inspirou uma corrente nova no mundo de então que era a do não-alinhamento e os processos de descolonização no chamado Terceiro Mundo. Primeiro, porque ocorreu num momento em que em África, se tinha entrado num trilho que conduziria alguns territórios dependentes à independência. De resto, o Gana, sob a liderança de Kwame Nkrumah, tornar-se-ia uma entidade soberana dois anos depois, em 1957. No ano seguinte (1958), seria a vez da Guiné-Conacri, de Sekou Touré, a seguir-lhe as pisadas. Esses dois exemplos seriam replicados nos anos subsequentes com as independências da grande maioria dos territórios africanos sob o jugo colonial a partir da década de 60. As colónias portuguesas seriam das poucas a ficarem à margem destes ventos da independência. Fora da África houve, igualmente, exemplos de autodeterminação. Na Ásia, a França tinha abandonado os seus territórios da Indochina em 1954, o que deu origem a duas entidades políticas autónomas (Vietname do Norte e Vietname do Sul). Vale a pena ainda sublinhar que Bandung e o pós-Bandung também influenciaram muito os emergentes movimentos de libertação africanos e os novos Estados independentes. Sobre tudo no que tange às suas políticas externas e na assimilação, do ponto de vista

programático e da ação política, dos princípios que tinham sido adotados naquela conferência tais como: coexistência pacífica; neutralidade positiva; não-alinhamento; não ingerência nos assuntos internos; respeito pela soberania e integridade territorial; respeito pela Carta das Nações Unidas, entre outros.

Um desses princípios – a coexistência pacífica – associado à luta de classes, guerras de libertação, desarmamento, estaria no epicentro da discórdia sino-soviética, arrastando para o debate, no âmbito da “confusão ideológica”, os próprios movimentos de libertação das colônias portuguesas. O então líder soviético, Nikita Khrushchev, que havia ascendido à liderança da URSS em 1953, passou a defender, sobretudo depois do 20.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que se realizou em Moscovo (de 14 a 26 de Fevereiro de 1956) uma nova linha para a política externa soviética baseada na coexistência pacífica. As críticas da China não tardaram, porém, a surgir, considerando essa nova linha contrária aos princípios marxistas-leninistas que defendiam que nenhum governo cairia, sem ser pela força. A China defendia, por isso, que a coexistência pacífica e, mais do que isso, a *détent* com o Ocidente era uma traição a linha geral marxista-leninista. Nem sequer admitia a coexistência pacífica entre sistemas sociais diferentes. Assumindo uma postura cada vez mais revolucionária face ao colonialismo e ao imperialismo norte-americano, a China argumentava que a defesa khrushcheviana da coexistência pacífica e do desanuviamento, inclusivamente com os Estados Unidos da América, punham em causa o seu engajamento, enquanto potência liderante do bloco comunista, no apoio às lutas de libertação nacional. Esta situação, aliada a outros ingredientes, conduziria à rutura nas relações sino-soviéticas nos finais da década de 50, com Mao Tse-Tung a desafiar a liderança do movimento comunista internacional a Khrushchev. Foi assim que a África e os movimentos de libertação africanos foram eleitos como um dos palcos privilegiados de disputa sino-soviética.

Do lado dos emergentes movimentos de libertação, o discurso era, ainda no âmbito de organizações unitárias como o Movimento Anticolonialista (MAC), fundado em 1958, muito próximo daquele que a China defendia. Isto é, de que o colonialismo não cairia sem luta e alicerçado na convicção absoluta de que era difícil coexistir com o colonialismo ou resolver a questão colonial por via negocial. A realidade e o tempo dariam razão aos líderes dos movimentos de libertação, principalmente Amílcar Cabral e o nacionalista angolano Viriato da Cruz.

Voltarei à questão da cisão sino-soviética mais adiante. Como se vê, Bandung teve repercussões a vários níveis que perdurariam no tempo. Os próprios movimentos de libertação,

sobretudo os das colônias portuguesas (PAIGC, MPLA e FRELIMO) que apostaram *ab initio* na resolução pacífica e por via negociada do conflito contra o colonialismo português, acabariam por optar pela via armada, argumentando que Portugal tinha radicalizado a sua postura ao não aceder às suas pretensões independentistas por via pacífica. Em 1960, com a recusa de diálogo por parte do regime de António Oliveira Salazar, os movimentos de libertação, influenciados pelo debate ideológico sino-soviético começaram também a pôr em causa a ideia da coexistência pacífica, subalternizando-a à independência. Cabral chegou a afirmar, a propósito, que para coexistir é necessário existir em primeiro lugar.

3. Uma das questões trabalhadas por você é o nacionalismo nas colônias portuguesas. Diante de um contexto de Guerra Fria em que os movimentos anticoloniais precisavam buscar apoio externo para se legitimar, gostaríamos de ouvir uma reflexão sobre a relação entre nacionalismo x internacionalismo.

A procura de apoios (político, materiais e morais) vingou aquilo que passaria a ser a natureza transnacional das lutas de libertação. Nessa perspectiva é difícil estabelecer uma fronteira entre o nacionalismo e o internacionalismo. Em bom rigor, essa fronteira, a existir, foi uma linha tênue, quase imperceptível, sobretudo quando falamos do nacionalismo moderno das colônias portuguesas, que começa a emergir depois da Segunda Guerra Mundial. Conceitualmente, falamos, sem sombra de dúvida, de duas realidades distintas, mas que, do ponto de vista de operacionalização, dependem uma da outra. De um lado os movimentos de libertação que precisam de armas, de dinheiro e de apoios políticos e morais na arena internacional e do outro, por exemplo, os países africanos que não se sentiam seguros enquanto houvesse resquícios do colonialismo em África. No caso dos países do bloco comunista, havia uma necessidade imperiosa (por razões ideológicas) de eliminar o colonialismo e de arregimentar aliados na contenda com o Ocidente. Aquando da cisão sino-soviética, os apoios eram ministrados também com o objetivo de gerar alianças, redes de solidariedade e de apoios às teses defendidas pelos contendores. Numa determinada ocasião, a China acreditou que se os movimentos de libertação ganhassem a independência podiam ser importantes aliados no apoio à sua entrada nas Nações Unidas. Creio que se pode dizer que os movimentos de libertação também estiveram metidos numa encruzilhada na relação ou interrelação com os dois blocos em busca de apoios e da solidariedade. A cooperação nem sempre foi tranquila em virtude das pressões vindas de todos os lados. Os movimentos de libertação alegaram sempre que

pretendiam apoios de todos os lados devido à neutralidade e não-alinhamento que defendiam. Mas os apoios recebidos dos países comunistas rapidamente os colocou nessa órbita, apesar de, a propósito, Eduardo Mondlane, da FRELIMO, e Amílcar Cabral, por exemplo, terem afirmado em diferentes momentos que recebiam apoio comunista porque o Ocidente não os apoiava. Antes pelo contrário, os países ocidentais posicionaram-se do lado de Portugal com o qual mantinha relações no âmbito da OTAN. Bom, claro que esta questão dos apoios gera dependência e tem consequências na hora de manter a postura de neutralidade. É evidente, pois, que a maioria dos apoios aos movimentos de libertação eram oriundos do bloco comunista com a URSS à cabeça, seguido da China. Só quando se começou a sentir algum desanuviamiento na tensão Leste-Ocidente, nos inícios da década de 70, nomeadamente nas relações da China com os Estados Unidos é que muito abertamente Cabral, por exemplo, começou a colocar a hipótese de poder receber algum apoio dos Estados Unidos se houvesse abertura por parte deste país. Recordo que foi mais ou menos por essa altura que os movimentos de libertação lograram que a Suécia passasse a apoiá-los. Seguiram-se, nos anos subsequentes, a Noruega, a Finlândia e a Dinamarca, para além do apoio de vários comités de solidariedade e de apoio que foram surgindo em muitos países ocidentais (França, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Itália, Canadá), desde 1964.

Assim, o nacionalismo que protagonizaria as guerras de libertação nos espaços de colonização portuguesa em África, ao assumir que a guerra movida contra um Estado estrangeiro e invasor era uma guerra defensiva, justa e, por isso mesmo, legítima à luz do direito internacional, considerava que a mesma deveria concitar o apoio e a solidariedade da comunidade internacional porque o tipo de conflito em questão extravasava a dimensão interna, para se transfigurar num conflito internacional, por se tratar de uma guerra defensiva de um povo agredido. Nessa lógica, faz todo o sentido adicionar aqui um novo conceito ou dimensão que emerge dessa relação nacionalismo-internacionalismo que é a da solidariedade. Mas, a solidariedade também implicava o apoio e a solidariedade dos movimentos de libertação para com aqueles países e organizações que os ajudavam na sua luta. Não é por acaso que, política e moralmente, Amílcar Cabral e o seu PAIGC, nunca deixaram de se solidarizar com Sekou Touré e o seu regime na Guiné-Conacri, ou com a URSS. Porquê? Porque eram os países que mais apoiaram os seus esforços de guerra. Como se vê, a questão da neutralidade e do não-alinhamento é subjetiva e é muito difícil de levar ao extremo quando há necessidade vitais que devem ser supridas numa guerra. Repito: gera dependência e ao gerar dependência complica a assunção da neutralidade.

Vale a pena ainda sublinhar que a cisão sino-soviética e os seus reflexos no Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiática (OSPAA), algumas crises no seio da Organização de Unidade Africana (OUA), especialmente do seu Comité de Libertação, tornariam muito problemática a articulação dos apoios.

4. Ainda diante desse assunto, qual seria o papel que organizações como a Organização da Unidade Africana e da Solidariedade Afro-Asiática diante dos movimentos anticoloniais das colônias portuguesas?

Em primeiro lugar, quer a África, através da sua organização continental (a OUA) e do seu Comité de Libertação criado ainda em 1963, quer o movimento de solidariedade afro-asiática foram inextinguíveis no apoio material, político, financeiro e moral aos movimentos de libertação. Evidentemente, é bom realçar o facto de OUA ter feito muita pressão sobre os territórios vizinhos para darem apoio logístico e concederem várias facilidades na circulação de homens e material de guerra.

Devo aqui salientar, no entanto, as divisões que ocorreram no interior destas organizações e que, de certo modo, impediram que os apoios fossem mais efetivos e contribuíssem para uma rápida independência dos territórios ainda colonizados em África. O mesmo se poderá dizer relativamente às divisões no seio da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), por causa da cisão sino-soviética, que também não ajudou. Claro que há que relevar aqui o papel bilateral de alguns Estado africanos e até da OSPAA tiveram nesse apoio. Em África destacaria os casos da Guiné-Conacri, de Sekou Touré, do Gana nos tempos de Nkrumah, do Egito de Nasser, da Argélia de Ben-Bella, da Tanzânia, de Julius Nyerere, de Marrocos de Mohamed V. No caso da OSPAA destacaria os papéis da URSS e da China no apoio ao MPLA, ao PAIGC e à FRELIMO. É bom lembrar que o relacionamento entre a China e a URSS com os movimentos de libertação nem sempre foram isentos de problemas, por causa das pressões políticas e ideológicas relacionadas com o cisma. Podemos mesmo assinalar a existência de atritos aquando da Conferência Tricontinental de Havana (Cuba) em 1966 e em várias outras conferências afro-asiáticas em que muitas vezes os movimentos de foram coagidos a condenarem as teses de um dos países cismáticos. Por vezes, as tensas relações entre aqueles e estes provocou interrupções nos apoios. Por exemplo, a URSS chegou a suspender os apoios ao MPLA, entre 1972 e 1973, por não concordar com a posição subalterna em que o MPLA tinha ficado, depois da criação do Conselho Superior de Libertação

de Angola (CSLA), num acordo assinado com a Frente de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto. Além do mais, a relação com Neto, que não aceitava o controle soviético, tinha sido conflituoso em vários momentos. No caso do PAIGC, entre 1967 e 1969, a China suspendeu, durante dois anos, o apoio a este movimento de libertação, porque Cabral não aceitava o condicionamento da ajuda à tomada de certas posições no âmbito do cisma sino-soviético. Nomeadamente a condenação do chamado revisionismo soviético. Com o MPLA, a retirada de apoio chinês começou desde muito cedo, em 1963, certamente por apoiarem Viriato da Cruz na disputa de liderança a Neto.

5. Sobre o conflito sino-soviético no contexto da Guerra Fria, você poderia falar sobre seu impacto e mobilização perante os movimentos anticoloniais africanos?

O impacto do conflito sino-soviético nos movimentos de libertação e nas lutas levadas a cabo por estes foi grande. Isso notou-se sobretudo nas questões de ordem ideológica, nos debates e na retórica em torno da coexistência pacífica, do desarmamento e do apoio às guerras revolucionárias, como já se sublinhou algures. A China, por exemplo, que era adepta de soluções revolucionárias, apenas convidou os dirigentes do MPLA e do PAIGC a visitarem o país do Extremo-Oriente, depois destes terem começado a ponderar, ainda em 1960, a luta armada e de abandonarem a via negocial, invocando a intransigência do regime colonial português. Estes foram, sem dúvida (entre outros, naturalmente) os temas fracturantes da relação sino-soviética que integrariam os movimentos de libertação numa competição ideológica global. Foi com base nestas retóricas e debates ideológicos que a China e a URSS tentaram captar a simpatia dos movimentos de libertação africanos para as suas teses. Por conta disso, ao longo de praticamente toda a década de 60, as duas potências cismáticas envolveram-se numa competição desenfreada, tentando isolar o rival a nível internacional. Nesta perspectiva, a África e os movimentos de libertação seriam os principais alvos dessa contenda e competição. No caso das colônias portuguesas, a China teria sido o primeiro país a apoiar (financeiramente e com treino militar de guerrilheiros) os movimentos de libertação (PAI/PAIGC e MPLA) durante uma primeira visita de uma delegação desses movimentos à China em Agosto/Setembro de 1960. Seguir-se-lhe-ia a Checoslováquia, tendo na sua retaguarda, naturalmente, a URSS. Claro que esta divisão no movimento comunista internacional foi

prejudicial para os movimentos de libertação que por causa disso, foram muitas vezes impedidos de receber os apoios de que necessitavam, pelo menos regularmente.

6. Seus trabalhos sobre Amílcar Cabral são realmente impressionantes. Você poderia, por favor, realizar uma breve reflexão sobre o lugar de Cabral perante o contexto da Guerra Fria - percebendo como ele se movimentou por entre as redes do período, e absorveu diferentes influências?

Em primeiro lugar, seja-me permitido começar por separar a postura de Amílcar Cabral no âmbito da Guerra Fria, opondo os Estados Unidos e o Bloco Comunista (à frente do qual se encontrava a URSS) e a própria cisão dentro do Bloco Comunista, entre a China e a URSS. Esses foram os dois acontecimentos que assolaram o mundo e que alguns impactos geraram nas lutas de libertação em África.

A postura de Amílcar Cabral no contexto da Guerra Fria foi uma postura de um político e de um revolucionário independente. Obviamente, dentro dos limites possíveis dessa independência no quadro de uma guerra em que era fundamental garantir os apoios (políticos materiais e morais) bem como a solidariedade internacional. Creio que esta postura independente/neutral ou de não-alinhamento possível era aquela que servia os interesses da luta de libertação nacional. Mas, isso não deveria significar, aos olhos do próprio Cabral, uma capitulação face aos ditames do capitalismo ou do imperialismo ou de quaisquer “ismos”, até ao ponto de pôr em causa a independência de pensamento e da ação. Estes eram os princípios mais sagrados da ação política e revolucionária de Amílcar Cabral a nível internacional. Cabral sempre recusou, e já o assinalámos, a coexistência entre regimes políticos diferentes como era o caso do capitalismo americano ou do socialismo que ele advogava para as suas futuras nações soberanas (Guiné e Cabo Verde). Essa postura de recusa de coexistência estava mais próxima da China do que da URSS no âmbito do cisma sino-soviético. Por outro lado, Cabral tinha consciência da dificuldade em lograr apoios dos Estados ocidentais. Por isso, a partir de 1964, incentivaria a criação de Comitês de apoio oriundos da sociedade civil nesses países ocidentais. Só nos finais dos anos sessenta houve uma inversão no âmbito de alguns países que integravam a OTAN, como eram os casos da Suécia, da Finlândia, da Noruega e da Dinamarca.

Mas, quando se tratava de causas consideradas justas, por exemplo, aí a questão da neutralidade e do não-alinhamento já não se colocava. Por exemplo: Cabral manteve sempre

apoio ao Vietname na sua luta contra o chamado imperialismo norte-americano; desferiu sempre fortes ataques aos países da NATO (França, Itália, antiga Alemanha Federal, Inglaterra, EUA) que apoiavam Portugal nas suas guerras de África. Mesmo no âmbito da cisão sino-soviética, a posição de Cabral esteve sempre mais próxima da URSS do que de Pequim. Porquê? Porque tinha consciência de que o maior apoio (pelo menos material) que recebia provinha da URSS. Por isso considerava este país como o seu aliado principal na luta contra o colonialismo português, a par com a Guiné-Conacri de Sekou Touré. É evidente que a atribuição de ajuda gera algumas obrigações, ainda que morais, por parte do PAIGC e de Amílcar Cabral. No âmbito das conferências da OSPAA, a postura de Cabral e do seu PAIGC foi sempre legalista, isto é, de apoio ao secretariado estabelecido no Cairo e que era mais próximo de Moscovo do que de Pequim. Como se vê, em determinadas situações a gestão da neutralidade e do não-alinhamento torna-se difícil.

7. Sobre questões importantes do tempo presente, como exemplo o avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção ao leste europeu e as suas consequências que culminaram na Guerra na Ucrânia, qual o impacto dos estudos relacionados a Guerra Fria na compreensão desse contexto?

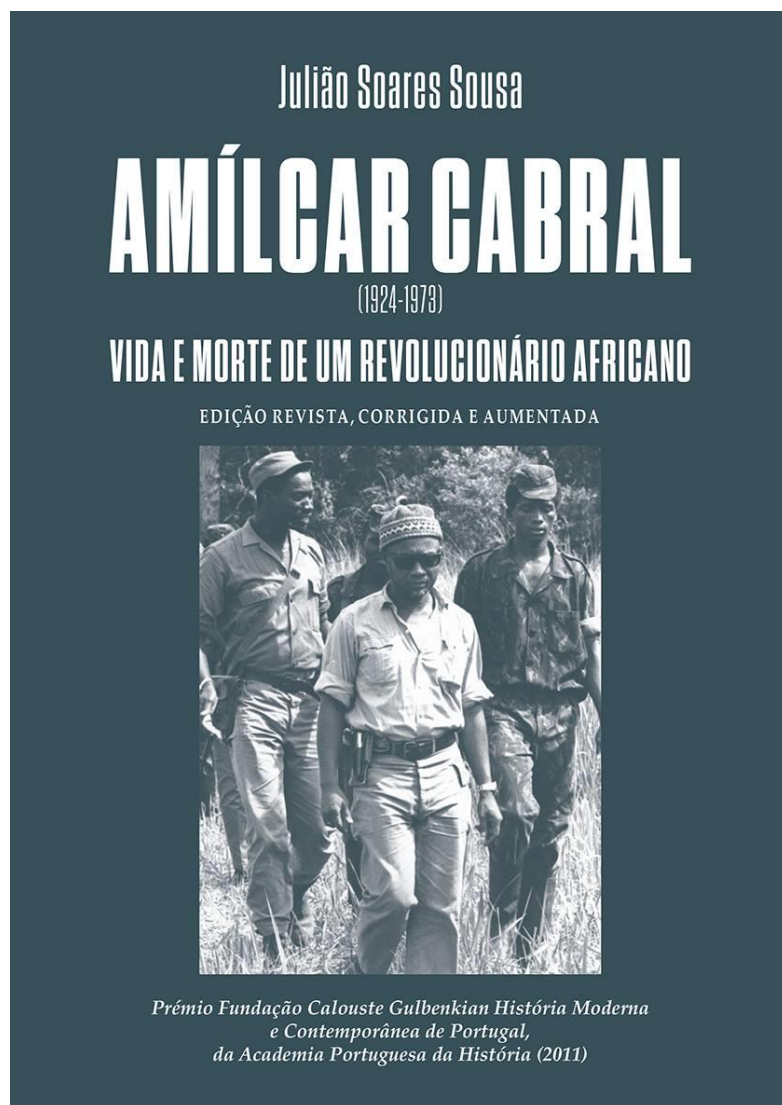
Devo, antes de mais, lamentar que depois de tantos desastres, tantas guerras, perdas de vidas humanas e de destruições que assistimos no passado, a humanidade ainda não se tenha compenetrado de que chegou o momento de se procurar com afinco a verdadeira paz para se concentrar na resolução dos múltiplos problemas que a humanidade enfrenta. Há alguns anos atrás estivemos convencidos de que a Guerra Fria tinha acabado com o colapso da ex-URSS em 1991 e a queda do muro de Berlim em 1989. Mas tudo indica que estamos a regressar ao antes de 1991. De tal maneira que já há estudiosos como J. L. Black e Michael Johns, que, num livro editado em 2016 com a participação de vários autores, ou Gordon M. Hahn, num outro editado em 2018, a falarem do regresso de uma nova Guerra Fria na sequência da invasão da Crimeia pela URSS em 2014, mas também do alargamento da OTAN a Leste. Sobretudo após a integração de países que dantes pertenciam ao pacto de Varsóvia (extinto em 1991), como a Polónia, República Checa e Hungria, Bulgária, ex-República Democrática Alemã, Roménia, Eslováquia e Eslovénia, bem como, mais recentemente, dos países bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia). Nesse contexto, a invasão da Ucrânia acaba por ser o copo de água que transbordou o copo. Todavia, a OTAN parece tensionar, há muito, aproveitando o colapso da URSS em

1991 para ir integrando, igualmente, as repúblicas da antiga esfera de influência de Moscovo. Na verdade, tudo isso parece um *dejá vu* que os estudos da Guerra Fria já nos tinham demonstrado. Basta lembrarmos, em primeiro lugar, da invasão da Hungria, pela URSS e forças do Pacto de Varsóvia, em finais de 1956. O objetivo era impedir a liberalização do regime. Doze anos volvidos (Agosto de 1968), foi a vez de a URSS, à frente de uma coligação de quatro países do Pacto de Varsóvia (Polónia, Hungria, Bulgária e República Democrática Alemã), a invadir a Checoslováquia, igualmente, com o objetivo de impedir as reformas democráticas da Primavera de Praga. É escusado dizer que esta invasão marcou um ponto de viragem no interior dos regimes comunistas, tal como a presente guerra na Ucrânia marcará um ponto de viragem nas relações entre Rússia e o Ocidente. Quando se olha para a reação de alguns partidos comunistas perante a chamada “Operação Militar Especial” e as invasões do passado a sensação com que se fica é que também pouco mudou. Recordo que no primeiro caso (invasão da Checoslováquia), praticamente todos os Partidos Comunistas ocidentais que não estavam no poder, excetuando um ou outro caso, condenaram a invasão. Foi o caso do Partido Comunista Italiano, do Partido Comunista Espanhol, da Holanda, da Islândia e da Finlândia... Entre aqueles que apoiaram encontravam-se: o Partido Comunista Português, o PC Luxemburgo, da Grécia, Chipre, Alemanha Ocidental e de Berlim Ocidental... No caso da Ucrânia na atualidade houve também a mesma reação nalguns círculos e noutros alguns partidos comunistas mantiveram uma posição dúbia como o PCP em Portugal. Em todo o caso, vale a pena concluir, dizendo que, de qualquer modo, nas duas situações a importância e o papel que a URSS/Rússia desempenhava na arena internacional e até no seio dos partidos comunistas que ainda restam saiu e sairá com a situação presente muito beliscada. Não direi que o mundo vai mudar como é moda agora dizer-se, cada vez que há uma crise mundial. Mas, a relação de forças tenderá para uma cada vez maior pressão sobre a Rússia e dos seus atuais satélites no sentido de provocar uma implosão interna ou o seu colapso a médio e a longo prazo. Mas, o chamado mundo ocidental também não poderá festejar esse eventual colapso. Haverá seguramente impactos sociais que arrastarão toda a Europa, durante muitos anos, com consequências imprevisíveis. Esses serão as grandes inevitabilidades que a globalização veio introduzir no mundo atual. É que é difícil isolar-nos dos eventos para não sofrermos o seu contágio. O mundo está cada vez mais articulado e a funcionar em rede que é quase impossível que durmamos um sono tranquilo na nossa zona de conforto, enquanto uma parte da humanidade está a sangrar. Vê-se por aqui a relevância da História na compreensão dos fenómenos e até nas ferramentas que pode fornecer ao Homem e a humanidade que os ajudem

a pensar antes de agir ou pelo menos a ter algum controle sobre a sua ação. E no caso da Ucrânia na atualidade bastaria um olhar retrospectivo para termos uma ideia prospectiva, de futuro. Junto-me aos que defendem (e bem) que a História é simultaneamente uma ciência que se ocupa do passado, mas também do futuro.

8. Pensando em sua trajetória de pesquisa e nos avanços que a historiografia tem realizado a partir de novos olhares sobre os processos de descolonização e a guerra fria, considerando cenário internacional complexo e diversificado, renovação de temas e fontes históricas, o senhor poderia fazer uma reflexão final a respeito do direcionamento futuro de suas pesquisas?

As preocupações com o futuro do Homem, da humanidade e do devir do nosso planeta vão certamente servir de lenitivo para novas abordagens, incorporação, aprofundamento ou recuperação de velhos temas que hoje preocupam as sociedades nos estudos da História. Creio que não estaria a exagerar se disser que as soluções dos problemas deste nosso mundo passarão pela História. Isto é, se ela for usada no processo de consciencialização do Homem e das sociedades contemporâneas servindo-se dos erros do passado como exemplos. Veja-se, presentemente, no meu caso concreto, dos estudos do colonialismo e do anticolonialismo, fiz uma deriva para a História meio-ambiental. E o que é que esta deriva nos permite? Desde logo conhecer os impactos do colonialismo no meio-ambiente, que deixa de estar centrada em aspectos puramente econômicos e mercantis que alguns estudos já destacaram. Só isso, revela também uma preocupação com o presente e com o futuro. Porquê? Porque esses impactos de um colonialismo egoísta nesse particular representaram um ponto de partida, mas também um ponto de chegada nessa “crise ecológica” global atual. Quero com isto dizer que a medida que o mundo se transfigura num lugar cada vez mais perigoso e a caminhar para um evidente colapso da nossa civilização, haverá uma tendência desesperada de deter-nos sobre os nossos erros no passado, de fazer um exercício introspectivo sobre aquilo que foi a ação antrópica e que de certa maneira vai condicionando o presente e o futuro da nossa relação como humanidade e com o planeta em que vivemos. Portanto, os temas são muitos: o caso das migrações, dos refugiados, das fomes, das secas e até dos conflitos pela apropriação e controlo de recursos como a água, lugares de pastoreio, etc, etc, serão cada vez mais recorrentes, mas com novas abordagens metodológicas, exatamente pela recorrência.




Dr. Julião Soares Sousa.

Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano. Fundação Calouste Gulbenkian : Lisboa, PT, 2016

Prêmio Fundação Calouste Gulbenkian, História Moderna e Contemporânea de Portugal, da Academia Portuguesa da História, 2011

Fonte: Cedida por Julião Soares Sousa, 2022

 <https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1128.11>



RLAH

Agosto/Dezembro de 2022